

PLATAFORMA MULTIDISCIPLINAR DE ESCUTA SOCIAL DIGITAL, COMBATE À DESINFORMAÇÃO E PROMOÇÃO AOS DIREITOS DIFUSOS (PMESDI):

Projeto de pesquisa

INTRODUÇÃO

Concebida sob a legitimidade construída por uma maioria organizada, a democracia é capaz de se atualizar e se adaptar às necessidades das sociedades, com a rapidez proveniente das informações vindas desse espaço tão amplo que são as redes sociais.

Nesse sentido, a democracia se desdobra em diversos conceitos, como a democracia deliberativa, em que o processo democrático seria fundamentado por uma extensa deliberação em fóruns amplos de negociação e debate, procurando, por meio de um processo de comunicação, compor a vontade dos cidadãos.

Outra concepção seria a democracia participativa, na qual os cidadãos devem ser incluídos na elaboração dos planos, políticas e na tomada de decisões, tendo acesso às informações sobre as temáticas, para só assim, adotar alguma resolução (Faria, 2000; Miguel, 2017).

Habermas (1997) descreve a democracia deliberativa sendo orientada pela institucionalização dos procedimentos e das possibilidades de comunicação, bem como a integração dos processos deliberativos em conjunto com a opinião pública. Como a democracia seria baseada na capacidade de comunicação dos processos políticos, com tomada de decisões racionais a partir de um consenso deliberativo da opinião pública, a “se conjugar as considerações pragmáticas, compromissos, discursos de autocompreensão e de justiça, fundamenta o pressuposto de que os resultados racionais e justos serão obtidos por meio de um fluxo de informação relevante cujo emprego não deve ser obstruído” (Habermas, 1997, v. II, p.19). Essa deliberação é a maneira de monitorar o poder político, bem como contribuir para a construção de políticas públicas.

Por outro lado, a democracia participativa entende que a participação é uma forma de aperfeiçoar as instituições representativas. Pateman (1992) enxerga que a participação direta nas instituições da vida cotidiana dos cidadãos reflete diretamente no estímulo para a atuação na vida pública, já que teriam maior controle sobre as próprias vidas e compreenderiam melhor sobre a política e a sociedade, o que refletiria em uma maior interlocução e fiscalização sobre os representantes escolhidos.

Além disso, apenas democracias estáveis conseguem manter a participação realmente ativa, uma vez que para continuidade de um maior grau de envolvimento, os cidadãos precisam desenvolver um sentido de competência e eficiência, que realmente são fundamentais para as tomadas de decisão. (Miguel, 2017; Pateman, 1992)

Outro ponto levantado por Habermas (1997) é a noção de esfera pública, uma terceira instituição moderna, que não faria parte nem do Estado nem do mercado. Dessa forma, os indivíduos não seguiriam a racionalidade, porquanto, essa seria algo inerente a ele, mas pela existência de subjetividades, como as informações que lhe estão disponíveis.

A ampla discussão seria criada a partir de argumentos sustentados em meio ao debate público, em separação dos interesses privados, em uma racionalidade comunicativa. A esfera pública, assim, seria uma mediação entre o Estado e os interesses privados (Perlatto, 2012).

Assim, os indivíduos que são parte da democracia contam com a possibilidade de criar normas e regras de ação, demandando aos poderes que cumpram com o que é necessário para a formação de um Estado de Direito. Dessa forma, a democracia se adapta às necessidades e transformações da

temporalidade, respeitando e atuando nos conflitos sociais e nas ideias construídas dentro da esfera pública.

Contudo, é importante destacar que, no Brasil, a esfera pública se construiu, em um primeiro momento, sobre raízes de uma sociedade excludente, em que a maior parte da população não fazia parte das discussões do espaço público e de deliberação. Contudo, no contexto da democracia representativa, camadas populares prosseguiram na busca pela inserção expressiva no debate público, como pontos de resistência, disputando as agendas e as temáticas (Chauí, 2017; Miguel, 2005; Perlatto, 2012).

A comunicação, principalmente os meios de comunicação em massa, não são neutros. Os jornais, o rádio, a televisão, o cinema, a literatura, assim como as redes sociais, precisam de um sistema cultural e da análise humana para que as mensagens que são transmitidas sejam formuladas. Incorporado aos pilares democráticos. A comunicação tem uma função fundamental, dado que as próprias palavras, a construção e a divulgação de informações são meios da disputa política e formas de defesa de interesses, além disso, facilita o alcance aos agentes políticos e aos seus projetos e discursos. (Miguel, 2005, 2019).

Na sociedade contemporânea, o homem é cercado por mídias, as quais informam e compõem as questões de interesse público. Além disso, a possibilidade de controle de narrativas e de formulação de agendas se modifica com a grande variedade de meios de comunicação, com a inclusão de diversas expressões culturais e valores múltiplos como acontece, atualmente, com as redes sociais (Castells, 2005).

O ambiente digital abrange diferentes linguagens, além de acolher e promover movimentos intelectuais, econômicos, sociais, políticos, artísticos e de lazer. Formada por numerosos integrantes, é um espaço complexo para os sistemas comunicativos, pois, com o crescimento da importância social das chamadas redes sociais, se criam novas dinâmicas ao estudo do ciberespaço. Os símbolos gerados por meio de interações podem ser capazes de transformar seu significado em algo comum a todos os participantes, dessa forma, o comportamento dos indivíduos que interagem é constantemente alterado. Relações causais se transformam em interpessoais, em uma medida comunicativa. (Habermas, 1997, v. II).

As redes de informação e comunicação presentes no ambiente são formadas por dados de interação entre seus atores, sejam indivíduos ou grupos e organizações. Com os recursos constantes de texto que disponibilizam de forma contínua nas redes, um novo registro de debates de interesse público é viabilizado, com as preferências, as ideias, as observações, os pensamentos, os hábitos e as experiências compartilhadas que conectam milhares de pessoas.

O espaço digital e as interações por ele promovidas expressam complexidades que se refletem. Podem, assim, ser mapeadas e estudadas em grande escala por pesquisadores e os dados transformados em material para compreender o que os atores repercutem nas redes (Chauí, 2017), (Recuero, 2014).

A internet é uma arena em que diferentes atores e atrizes disputam o sentido de pautas, inclusive as de interesse coletivo. Por meio dela, opiniões são formadas, debates são pautados, mobilizações virtuais e/ou físicas são organizadas. Portanto, a internet pode ser considerada um ponto de mudança crítica para a democracia, tanto por possibilitar uma maior produção e disseminação de livre informação, quanto por uma afirmação do direito democrático à participação. Contudo, é importante perceber como a internet é capaz de criar bolhas políticas e potencializar polarizações. Além disso, muda a dinâmica do engajamento político, por ser um novo meio de interação e conversas, as quais podem ser feitas de forma anônima e com tempo de resposta diferentes. (Chauí, 2017; Recuero; Soares; Gruzd, 2020).

Apesar da rapidez na disseminação e do volume de material gerado nas redes, nem todo conteúdo ali depositado é confiável, ou tem a intenção de auxiliar nos debates que se propõem. Não se deve desconsiderar a massa de dados e conteúdos existentes nos ambientes digitais sem fundamentações coesas e verídicas, mas com potencial para ser utilizado para gerar desinformação.

Como a internet é ágil e dinâmica, criar e repercutir conteúdo pode ser uma estratégia de agendamento de temáticas, disseminando informações verdadeiras ou falsas. Capaz de inflamar ou desacreditar tópicos de interesse, chamando a atenção para questões que poderiam passar despercebidas ou não ter tanta repercussão fora de pequenos grupos. Cabe observar como as pessoas constantemente filtram os conteúdos aos quais consomem e compartilham, intensificando e confirmando ideais políticos. (Recuero; Soares; Gruzd, 2020).

O acesso aos dispositivos de rede oferece uma dinâmica de larga escala para a organização de informações. Com a possibilidade de uma abrangência ampla, as redes têm sido um ambiente de disputas de perspectivas políticas com a utilização de técnicas de identificação do que pode ser compartilhado mais vezes, gerando maior engajamento em pautas determinadas.

A reprodução em massa de notícias falsas, cortes de vídeos retirados de contexto para viralização, movimentos para desacreditar a mídia tradicional, têm um efeito negativo em todo o mundo, impondo a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a indústria da desinformação (Dos Santos et al, 2018; Recuero; Soares; Gruzd, 2020; Recuero; Soares, 2021).

Ao fazer uso proposital de informações falsas, como as fake news, aqueles que espalham a desinformação, a utilizam como estratégia para atingir alguém ou promover algum tema. Uma vez que a estabilidade e qualidade da democracia constantemente é ligada à qualidade dos debates públicos, a exposição a informações falsas ou a um conjunto restrito de materiais se relaciona diretamente com as crises democráticas. (Dos Santos et al, 2018; Recuero; Soares; Gruzd, 2020; Recuero; Soares, 2021).

Portanto, conhecer as informações contidas nos dados dessas redes permitirá que se combata a desinformação, além de direcionar futuras decisões a partir de informações de qualidade, baseadas em fatos. Com a pesquisa, monitoração e análise de dados, é possível compreender as impressões dos atores sociais sobre assuntos de interesse público; como novas preocupações surgem e se reproduzem dentro do ciberespaço; e quais são as informações a que esses têm acesso. Além disso, com o diagnóstico dos dados, se garantirá a fundamentação do que é repercutido nas redes e como essas discussões impactam na esfera pública. Dessa forma, serão criados recursos para o suporte de políticas públicas relacionadas aos direitos difusos.

OBJETO DA PESQUISA

Mapeamento, coleta, análise e avaliação de informações que envolvem o uso de expedientes de desinformação, “disputa digital” e manipulação do debate realizado na esfera pública, visando a avaliar o impacto desses processos na agenda política do país, com repercussões à garantia de direitos de amplos setores da sociedade brasileira.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver e aplicar metodologia científica para coleta e análise de dados a partir dos preceitos da Open Source Intelligence (OSINT) a fim de propor, testar e aferir as hipóteses da percepção da sociedade sobre as políticas públicas de direitos difusos que as impactam, englobando as estruturas de ataques, meios de impedimento ao acesso efetivo a estes direitos, buscando oferecer ferramentas para atuação do Poder Executivo Federal e outros agentes públicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- (i)** Elaborar métricas para avaliar a transparência e a excelência no acesso aos dados obtidos por meio de plataformas digitais, abrangendo informações geradas pelos utilizadores e dados referentes à publicidade digital.
- (ii)** Avaliar, a partir de evidências científicas, o ecossistema de desinformação, buscando compreender o processo de compartilhamento de informações falsas, assim como os prejuízos acarretados aos direitos difusos.
- (iii)** Criar repositório da desinformação contra os direitos difusos.
- (iv)** Construir uma plataforma computacional de armazenamento e processamento de dados não estruturados.
- (v)** Promover ambientes de diálogo permanentes em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
- (vi)** Fomentar a constituição de canais diretos de comunicação interministerial e entre diversos agentes do poder público das três esferas de poder e de diferentes entes da Federação.
- (vii)** Realizar estudos amplos sobre as percepções do público nas plataformas digitais, com foco em grupos vulneráveis, para fundamentar e fortalecer políticas públicas.
- (viii)** Melhorar a capacidade da gestão e pública e da academia em compreender as percepções da população brasileira acerca dos direitos difusos, com especial atenção às necessidades de grupos vulneráveis.
- (ix)** Criar um manual de melhores práticas, a partir das conclusões identificadas.
- (x)** Disseminar os avanços obtidos durante a execução da pesquisa.

JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas, a humanidade vivenciou saltos tecnológicos significativos. No campo da comunicação, esses saltos contribuíram para estreitar a noção de distância, alterar as percepções de tempo, mobilizar a sociedade, reorganizar a produção, mudar regimes políticos, precipitar acontecimentos históricos. O advento da internet e, mais tarde, das redes sociais digitais acelerou ainda mais esses processos.

No que se refere à sociedade brasileira em particular, as redes sociais exerceram papel fundamental na profundidade, no caráter e no sentido de acontecimentos relevantes da última década. Das mobilizações por reivindicação de direitos, ao questionamento do sistema político, passando pela polarização da social, até a ação de agentes públicos e a atuação das instituições da República, as redes sociais estiveram no centro do debate.

São ainda exemplos de ações cuja gênese ou massificação se deram a partir das redes sociais os ataques empreendidos contra a imprensa tradicional, contra instituições de produção científica e o conhecimento ali produzido, assim como contra medidas de combate à epidemia de COVID-19. No caso destas duas últimas, tais ações contribuíram para elevar a hesitação vacinal, sabotar as medidas de distanciamento social e, na interseção entre ambas, prejudicar o enfrentamento à pandemia, elevando o número de mortos.

O desenvolvimento dessas tecnologias ensejou, portanto, o surgimento de um desafio: o advento de uma verdadeira indústria de produção e difusão de informações falsas. Com o intuito de pautar o debate público, interferir na agenda política e condicionar a tomada de decisão de representantes de instituições públicas, as ações de desinformação têm levado à propagação de discursos de ódio, à restrição à garantia de direitos e, no limite, à própria erosão do ambiente democrático.

A percepção de que a tão discutida Sociedade da Informação “traria voz” ao conjunto da sociedade e permitiria ampliar os espaços de participação social foi colocada em xeque não só pelo avanço da desinformação no ambiente digital, mas também pelo controle do fluxo informacional por grupos econômicos que dirigem grandes empresas de tecnologia, o que eleva o patamar de desafios postos à sociedade e ao poder público.

Criar conhecimento científico que permita entender o *modus operandi*, a estrutura e o financiamento de ações de desinformação é algo de suma importância para a garantia do Estado democrático e de direito. A incompreensão das questões que emergem dos ambientes digitais compromete a capacidade do poder público de garantir os direitos difusos aos sujeitos desses direitos e ao conjunto da população.

Dessa forma, a proposta ora apresentada almeja, por meio da Escuta Social Digital, levantar dados, sistematizar informações, produzir relatórios e ampliar a compreensão acerca da indústria da desinformação, de forma a contribuir para o aprimoramento e para o aprofundamento do regime democrático brasileiro.

CARACTERIZAÇÃO DE INTERESSES RECÍPROCOS

O Programa de Escuta Social Digital representa uma iniciativa de extrema relevância e potencial impacto para a sociedade, visando à promoção da transparência, tomada de decisões informadas e combate à desinformação. Nesse contexto, é notório o interesse recíproco e complementar entre os dois atores: o Fundo de Direitos Difusos e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

O Fundo de Direitos Difusos, como financiador, tem como objetivo primordial apoiar projetos que promovam o bem-estar social, a cidadania e a garantia de direitos coletivos. De acordo com seu escopo, o Fundo busca fomentar ações que fortaleçam a participação da sociedade, contribuam para a melhoria das políticas públicas e impulsionem o desenvolvimento social como um todo.

A iniciativa de Escuta Social Digital está perfeitamente alinhada a essa missão, uma vez que a coleta e análise de percepções da sociedade expressas nas redes sociais fornecem subsídios valiosos para aprimorar as estratégias de comunicação, políticas e ações governamentais. Esse aprimoramento consiste em medida essencial de reparação histórica aos direitos difusos de sujeitos sociais prejudicados por ações de desinformação no âmbito das redes sociais digitais.

O Ibict, como proponente do projeto, traz *expertise* nas áreas de informação, ciência e tecnologia. O Instituto já demonstrou sua capacidade por meio de projetos como o VISÃO e o Ecossistema de Informação da Pesquisa Científica Brasileira (BrCris), que envolvem a análise e visualização de dados de maneira inovadora. Além disso, sua atuação na promoção da Ciência Cidadã e sua coordenação de projetos na área de tecnologias de informação e informática evidenciam sua capacidade de implementar o monitoramento da Escuta Social Digital, utilizando técnicas avançadas de análise de dados e visualização.

Portanto, a colaboração entre o Fundo de Direitos Difusos e o Ibict em um projeto de Escuta Social Digital é uma união de forças que promove um ciclo virtuoso de financiamento, viabilização e execução. O programa não apenas fortalece a leitura estratégica do governo, mas também empodera os cidadãos, promove a transparência e contribui para a construção de políticas públicas mais informadas e eficazes, alinhadas às necessidades e percepções da sociedade sobre ela mesma.

Do Fundo de Defesa aos Direitos Difusos (FDD)

A produção de informações científicas sistematizadas sobre as percepções da sociedade acerca das políticas sociais relacionadas aos eixos temáticos do Fundo Direitos Difusos permite uma espécie de radiografia de como o debate dessas políticas se apresenta na esfera pública, com seus respectivos rebatimentos sobre a agenda política nacional.

O acompanhamento de tais percepções por meio da Escuta Social Digital é de extrema relevância para balizar o planejamento estratégico e tático, para apoiar a tomada de decisão, para a execução, para a avaliação, para a comunicação e para a reorientação dessas políticas por gestores públicos.

Dessa forma, ao viabilizar as condições para que a proposta ora apresentada seja viabilizada, o FDD se consolida como promotor de informações essenciais que promovem o diálogo entre a sociedade e o poder público, potencializando a promoção e a garantia de direitos.

Do Ibict

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) tem desenvolvido projetos de pesquisa com potencial para apoiar a tomada de decisão e a construção de políticas públicas de Estado exemplificados por projetos desenvolvidos pela instituição como o Sistema Aberto de Observatórios para Visualização de Informações (VISÃO), reconhecido com o Selo de Modernização Bronze pelo Fórum Nacional de Modernização do Estado em 2022.

Além do VISÃO, o Instituto já estruturou Observatórios informacionais temáticos, plataformas colaborativas e soluções de visualização de dados oriundos de redes sociais, que exemplificam e demonstram o mapeamento de interações e conexões estabelecidas entre usuários que estabeleceram algum tipo de interação sobre um mesmo assunto.

A ideia de estruturação de redes vinculadas ao tratamento e recuperação da informação científica e tecnológica brasileira, deu origem a elaboração do Ecossistema de Informação da Pesquisa Científica Brasileira (BrCris¹), é uma plataforma agregadora que permite recuperar, certificar e visualizar dados e informações relativas aos diversos atores que atuam na pesquisa científica do contexto brasileiro. Assim, a partir de uma interface unificada, o BrCris permite a identificação de redes de colaboração e painéis de indicadores em ciência, tecnologia e inovação.

Outro aspecto relevante da atuação do Instituto que corrobora com o contexto do projeto de pesquisa aqui idealizado sobre a proposta de uma Plataforma Multidisciplinar de Escuta Social Digital voltada ao combate à desinformação é o conceito de Ciência Cidadã, entendida como uma das vertentes do movimento pela Ciência Aberta, que preconiza a promoção e a contribuição e o engajamento de não cientistas nas atividades de produção e análise de conhecimentos, dados e informações.

As frentes de atuação exemplificadas anteriormente caracterizam-se como possíveis caminhos da contribuição do Ibict para o desenvolvimento da pesquisa delineada pelo presente projeto, tendo em

¹ Disponível em: <https://brcris.ibict.br>

vista as contribuições que podem ser agregadas ao combate à desinformação a partir dos conceitos da Ciência da Informação, da Tecnologia da informação e das Ciências Sociais aplicadas. Nesse sentido, o apoio financeiro do Fundo de Direitos Difusos (FDD) tem grande importância para viabilização e ampliação de projetos com potencialidade de produção de resultados positivos para sociedade. Esse projeto, em particular, poderá promover a união da Escuta Social e da Ciência Cidadã, envolvendo os cidadãos nos processos de tomada de decisão.

Em grande parte, o acompanhamento realizado por meio da Escuta Social Digital possui uma relação direta com tecnologia, voltados à prospecção, aplicação, validação e repasse de tecnologias, objeto da atuação do Instituto como aponta o Regimento Interno do Ibict, de 24 de maio de 2023:

Art. 26. À Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática compete:

III - coordenar pesquisas orientadas à gestão da informação científica e tecnológica por meio de ativos computacionais e informacionais;

IV - coordenar pesquisas, no âmbito de competência do Instituto, tais como ciência de dados, tecnologias disruptivas, interoperabilidade de redes, apropriação de tecnologias, integração de sistemas, mecanismos de preservação da memória, dentre outras;

V - coordenar a implementação de projetos e construção de sistemas de informação, banco de dados e outros recursos computacionais produzidos, no âmbito do Instituto;

Art. 28. À Coordenação de Tecnologias para Informação compete:

III - produzir documentação técnica e científica sobre tecnologias para atendimento às necessidades informacionais do Instituto e de instituições parceiras;

IV - conduzir projetos de pesquisa em colaboração com outras coordenações, no âmbito de sua competência;

VI - propor, desenvolver e coordenar programas, projetos, atividades e serviços no âmbito de sua competência.

IX - apoiar a difusão e circulação de conhecimento em inovação

Em contextos cujo problema a ser solucionado ou a hipótese a ser testada não demonstra possibilidades de solução por meio de caminhos já existentes, a investigação científica se destaca como uma frutífera alternativa para encontrar respostas inovadoras. A partir da pesquisa, fatos, conexões e respostas, ora inéditos, são materializados como possibilidades e resultados aplicados e com potencial de transformação social. A adoção da pesquisa como caminho validado para superar desafios dialoga com a missão do Ibict, que prevê o desenvolvimento e a promoção de infraestruturas informacionais que corroborem com o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, bem como com o problema a ser investigado pelo presente projeto.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

A teoria política contemporânea vem chamando atenção para mudanças em curso nas sociedades democráticas. “Sentimentos ‘*antiestablishment*’, ‘antissistema’, ‘antielite’, ‘populistas’ explodem em democracias amadurecidas” (Przeworski, 2020, p. 25) e sinalizam que uma mudança está em curso.

No plano mais geral, a dissolução de arranjos políticos pretéritos, que mantinham o mundo sob a égide bipolar, e a posterior afirmação da hegemonia norte-americana promoveu significativas mudanças na organização política dos diferentes Estados-nação. A emergência em curso de disputas geopolíticas, que tencionam a construção de um mundo multipolar, adensa tal quadro, reforçando

vetores de força que incidem sobre o ambiente político internacional e sobre os diferentes regimes democráticos.

Além dos fenômenos acima mencionados, a assim chamada globalização e a implantação dos programas estruturais de ajuste econômico são outros fatores importantes. Os rebatimentos desse binômio no tamanho, nas atribuições e nos papéis dos Estados também ensejam mais rearranjos, disputas e reacomodação de interesses, o que amplifica as mudanças nos cenários político e democrático.

O desenvolvimento tecnológico em todos os campos, mas, em especial, na comunicação, teve e segue mantendo papel fundamental no desenrolar de tais processos. Da possibilidade de gestão de pessoas e instituições públicas e privadas, da produção e de recursos financeiros à distância, até a tomada de decisões ou a compressão dos fatores tempo e espaço, a dinâmica política foi fortemente afetada por tais saltos tecnológicos.

É mister recordar que, nas democracias modernas de caráter representativo, a formação das percepções que redundam na agência política dos diferentes atores e a gestão estatal de temas de interesse coletivo se constroem de maneira mediada. Os cidadãos tomam ciência dos temas coletivos em debate, das disputas em curso, assim como das decisões tomadas por meio de informações que são produzidas e circuladas pelos diferentes meios de comunicação. Foi Jürgen Habermas (2012) quem chamou a atenção para o fato de que a imprensa exerce papel fundamental em mediar o debate na esfera pública e esta, por sua vez, condiciona a ação dos Estados e, no limite, as relações constitutivas das democracias representativas.

Os avanços tecnológicos no campo da comunicação engendram novos cenários. Ainda que parte significativa da influência das “velhas mídias” se mantenha de pé, o advento da internet e, em especial, das redes sociais digitais rompe com o monopólio da imprensa na mediação dos debates empreendidos na esfera pública.

Análises iniciais sugeriam que o advento das redes sociais e da internet possuíam o potencial de elevar a participação social nos debates de interesse público, contribuindo para o aprofundamento da democracia. Ao contrário de uma realidade em que grupos de comunicação produzem e difundem informações que pautam a esfera pública, o advento de novas tecnologias comunicacionais permitiria que os usuários das redes atuassem eles mesmo na produção e circulação da informação. Essa nova realidade ensinaria, nessa perspectiva, um contexto mais plural, permitindo a ampliação da participação política e do protagonismo de diferentes atores.

Todavia, um olhar mais atento ao fenômeno nos últimos anos permite afirmar que seus impactos são mais complexos. A gestão, o volume de tráfego e a circulação das informações nas redes ocorrem segundo uma série de aspectos que não estão sob o controle do conjunto dos usuários. As grandes empresas de tecnologia, as chamadas *big techs*, manuseiam algoritmos e outras ferramentas que tornam pouco transparentes a circulação de informações.

Da formação de “câmaras de eco”, que reforçam comportamentos coletivos de grupos que acessam os mesmos conteúdos, passando pela circulação de discursos de ódio, pela polarização da sociedade e de informações falsas, as redes sociais digitais lançam enormes desafios à democracia. Especificamente no que se refere à desinformação, se constituiu uma verdadeira indústria de produção e difusão intencional de conteúdo falso. Seus principais contornos sugerem que os objetivos são amalgamar, pautar e mobilizar setores sociais descontentes com os impasses da democracia (Avritzer, 2016).

Tal ação tem produzido efeitos significativos como queda da participação eleitoral e o questionamento do sistema político, a diminuição da credibilidade dos partidos, a perda de confiança nas instituições da democracia representativa, a relativização de direitos e os

questionamentos sobre a relevância de princípios democráticos. A deterioração da esfera pública, a erosão dos poderes constitucionais, o ataque aos direitos de grupos vulneráveis e a relativização da própria democracia são desafios que a sociedade, as instituições públicas e os governos precisam enfrentar, sob pena de tornar o ambiente democrático uma presa fácil de projetos autoritários.

É com essa preocupação que se apresenta este projeto. Por meio da Escuta Social Digital pretende-se acompanhar de maneira sistemática o debate empreendido nas redes sociais, com o intuito de entender como a produção e a difusão de informações falsas impacta na percepção da sociedade sobre políticas sociais voltadas aos sujeitos de direitos difusos. Ainda nessa direção, o projeto visa colaborar com a gestão pública, no sentido de ampliar sua capacidade de comunicar à sociedade a relevância das ações em curso, contribuindo para assegurar e para promover os direitos. A defesa das mais amplas e plurais condições para o debate na esfera pública é quesito fundamental para a defesa da democracia no país. É mister, assim, entender a complexidade imposta pelo advento da internet e das redes sociais e enfrentar o desafio de combater ações deliberadas de desinformação e sabotagem à esfera pública e ao regime democrático.

Com o alcance dos objetivos geral e específicos acima propostos, este projeto pretende, portanto, não só contribuir para minimizar os impactos da desinformação sobre os direitos difusos concernentes ao eixo temático escolhido. Tenciona também gerar conhecimento científico que possa ser aplicado na consolidação, na defesa e no aprofundamento da democracia brasileira.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo favorecido diretamente engloba os sujeitos de direitos das políticas sociais voltadas ao combate ao racismo e promoção da igualdade racial; crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; setores em alta vulnerabilidade social, como dependentes de álcool e drogas, migrantes, refugiados e vítimas de tráfico de pessoas, população presidiária ou egressa de unidades carcerárias e população em situação de rua; mulheres, principalmente as usuárias de políticas direcionadas ao enfrentamento à desigualdade de gênero e à promoção à sua autonomia, assim como o combate à violência e acesso das mulheres à justiça; e setores da classe trabalhadora que têm seus direitos precarizados ou alienados, como pessoas submetidas ao trabalho escravo e/ou infantil, trabalhadores informais e sem proteção social.

Indiretamente, na medida em que se produzam informações que elevem a compreensão de como a opinião pública percebe as políticas voltadas aos setores sociais a quem se destinam as políticas acima mencionadas, a proposta ora apresentada permitirá que a tomada de decisão, a execução, a avaliação, a comunicação e a reorientação dessas políticas seja aprimorada.

Nesse sentido, o projeto beneficia gestores e gestoras públicas da administração direta e indireta, envolvidos com a formulação e com a implementação de políticas, além de setores da sociedade que atuam complementarmente ao setor público na garantia e promoção de direitos.

PROPOSTA METODOLÓGICA

A Escuta Social pode ser conceituada como o processo de acompanhamento de termos, produtos e conceitos associados a um tema em vários canais de comunicação como sites, mídia social, blogs, fóruns de notícias e outras fontes. Nessa pesquisa, a Escuta Social será utilizada como estratégia no processo de coleta de dados sobre políticas públicas orientando e aprimorando a tomada de decisão pública relacionada à população e ao público-alvo a que são destinadas essas políticas.

Para execução do projeto proposto, está prevista a realização de uma pesquisa mista, com aspectos quali e quantitativos. Ela também se caracteriza como uma pesquisa exploratória com caráter aplicado. Assim, propõe-se os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Identificação das fontes ou canais que refletem a percepção do público sobre a temática de vulnerabilidade social;
2. Proposição, contratação e elaboração de instrumentos de pesquisa para coleta de dados;
3. Sistematização e análise dos dados coletados em dashboards interativos;
4. Verificação de hipóteses por meio do cruzamento dos dados coletados;
5. Elaboração de produtos de acompanhamento de fatos relevantes que respeitem a sensibilidade temporal da resposta necessária e,
6. Proposição de infraestrutura informacional para apresentação e disseminação dos resultados da pesquisa.

RESULTADOS ESPERADOS E IMPACTO SOCIAL

O aprimoramento da coleta e análise de dados de redes sociais desempenha um papel crucial no fortalecimento da capacidade do poder público em garantir os direitos de grupos vulneráveis e implementar políticas públicas mais eficientes. As redes sociais se tornaram uma grande fonte de informações, oferecendo espaço para vozes e percepções dos grupos em situação de vulnerabilidade, mas também são espaço para disputa de influência política em diversos setores da sociedade, de modo a gerar tensões e disseminação de desinformação.

A coleta mais eficaz de dados de redes sociais permite que o poder público tenha acesso direto às opiniões, preocupações e necessidades dos grupos vulneráveis. As plataformas de mídia social são espaços onde esses grupos frequentemente se expressam de maneira genuína e autêntica. Através da análise desses dados, é possível obter informações e percepções, permitindo uma compreensão mais precisa das realidades e desafios enfrentados por esses grupos.

A análise avançada dos dados de redes sociais possibilita a identificação de tendências e padrões que podem não ser evidentes por meio de métodos tradicionais de pesquisa. Isso significa que o poder público pode agir sobre problemas emergentes, avaliar a eficácia de políticas existentes e tomar medidas proativas para atender às necessidades em constante evolução dos grupos vulneráveis.

A possibilidade de engajamento mais direto e participativo com os grupos vulneráveis por meio das redes sociais. A comunicação facilitada pelas plataformas online permite que o poder público não apenas compartilhe informações, mas também ouça ativamente as vozes daqueles que são mais afetados pelas políticas. Isso possibilita a criação de políticas que atendam às necessidades reais da população.

A análise de redes sociais pode identificar influenciadores e líderes de opinião. Isso permite uma estratégia de comunicação mais eficaz, onde essas figuras podem atuar como pontes entre o poder

público e a comunidade, ajudando a disseminar informações importantes e construir confiança em comunicações de informações oficiais.

A melhora na coleta e análise de dados de redes sociais oferece ao poder público uma oportunidade valiosa para se conectar de maneira mais significativa com grupos vulneráveis. Isso não apenas garante a proteção de seus direitos e a exposição contra a desinformação, mas também informa o desenvolvimento e implementação de políticas públicas mais eficientes e impactantes.

Em resumo, o projeto contribuirá para obter resultados marcantes para o País, dentre eles:

1. Ampliação do acesso aos direitos difusos;
2. Proposição e aplicação de metodologias e tecnologias de análise de dados e tecnologias para aumento da autonomia estatal na compreensão dos fluxos informacionais digitais;
3. Melhoria da qualidade dos espaços de participação social; e
4. Fortalecimento da democracia.

Os indicadores apresentados na sequência do projeto identificam as entregas que suportarão os resultados esperados.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E AS DIRETRIZES DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (FDD)

Criado pela Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, o Fundo de Defesa de Direito Difusos (FDD) tem como intuito a recomposição de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos (Brasil, 1985). Dentre as ações previstas pelo FDD, o Art. 1º, inciso IV considera o conjunto de outros Direito Difusos e Coletivos, que englobam aspectos relacionados à igualdade racial; proteção e inclusão de vulneráveis; acessibilidade e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social; igualdade de gênero; prevenção; e, combate à violência contra a mulher, questões de natureza trabalhista.

É diante de tal cenário que o presente projeto de pesquisa definirá ações e buscará embasamento teórico e proposições práticas para aprimorar a proposição de reparação aos danos causados a direitos difusos e coletivos de grupos vulneráveis vinculados às realidades supramencionadas. Dessa forma, é almejado o desenvolvimento de uma investigação, baseada em dados e evidências estruturadas, para criar e aprimorar as políticas públicas relacionadas à Escuta Social, ao combate à desinformação e à promoção aos direitos difusos.

METAS

| Metas | | Primeiro ano | | Segundo ano | | Terceiro ano | |
|----------|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | 1° semestre | 2° semestre | 1° semestre | 2° semestre | 1° semestre | 2° semestre |
| | | (11/23 a 05/24) | (06/24 a 11/24) | (12/24 a 05/25) | (06/25 a 11/25) | (12/25 a 05/26) | (06/26 a 11/26) |
| 1 | Estabelecer o arcabouço teórico e metodológico do projeto Objetivo específico relacionado: i | | | | | | |
| 2 | Coletar e analisar conjuntos de dados e informações Objetivos específicos relacionados: ii e iii | | | | | | |
| 3 | Estabelecer a infraestrutura computacional e informacional do projeto Objetivos específicos relacionados: iv | | | | | | |
| 4 | Provar as metodologias propostas Objetivos específicos relacionados: v, vi, vii, viii | | | | | | |
| 5 | Disseminação dos avanços obtidos Objetivos específicos relacionados: ix e x | | | | | | |

INDICADORES

| Indicadores de resultados |
|---|
| META 1: Estabelecer o arcabouço teórico e metodológico do projeto (i) - 11/2023 a 11/2025 |
| <i>Etapa 1.1 Elaborar o estado da arte sobre o processo de utilização e funcionamento</i> |
| Indicadores 1.1: Relatório explicativo contendo levantamento teórico-metodológico Relatório contendo a definição e análise de plataformas digitais Documento apresentando o conjunto de indicadores de transparência e excelência |
| <i>Etapa 1.2 Gerar modelo de avaliação e transparência obtidos a partir da análise das plataformas digitais</i> |
| Indicadores 1.2: Documento com descrição e estrutura do modelo Arquivo incluindo representações gráfica do modelo |
| META 2: Coletar e analisar conjuntos de dados e informações (ii e iii) - 11/2023 a 05/2026 |
| <i>Etapa 2.1 Coletar os dados provenientes das plataformas digitais</i> |
| Indicadores 2.1: Relatório descrevendo o conjunto de dados estruturados Painel de indicadores |
| <i>Etapa 2.2 Tratar e sistematizar os dados para alimentação do repositório</i> |
| Indicador 2.2 Documento contendo a metodologia de estruturação dos dados |
| META 3: Estabelecer a infraestrutura computacional e informacional do projeto (iv) - 06/2024 a 11/26 |
| <i>Etapa 3.1 Criar um repositório da desinformação</i> |

Indicador 3.1:

Repositório de combate à desinformação quanto aos direitos difusos

Etapa 3.2 Elaborar uma arquitetura computacional para armazenamento dos dados

Indicador 3.2:

Relatório descrevendo o mapeamento da arquitetura computacional

Etapa 3.3 Produzir uma arquitetura informacional para processamento dos dados

Indicador 3.3:

Relatório explicitando a arquitetura da informação da plataforma

META 4: Provar as metodologias propostas (v, vi, vii e viii) - 12/24 a 05/26

Etapa 4.1 Estabelecer uma rede de colaboração

Indicador 4.1:

Relatório contendo o mapeamento de atores da rede
Lançamento de rede de colaboração

Etapa 4.2 Produzir documentos contendo os resultados dos estudos realizados

Indicadores 4.2:

Relatório contendo os resultados

META 5: Disseminação dos avanços obtidos (ix e x) - 11/23 a 11/26

Etapa 5.1 Compor um manual de melhores práticas

Indicador 5.1:

Manual elaborado

Etapa 5.2 Efetuar eventos de divulgação da pesquisa

Indicadores 5.2:

Seminário de compartilhamento de resultados parciais
Workshop de compartilhamento de resultados finais

Etapa 5.3 Difundir publicações técnico-científica

Indicadores 5.3:

Produção de artigo a partir do processamento de dados
Composição de um guia da plataforma

DESPESAS DO PROJETO

Ver planilhas do plano de trabalho.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO

O projeto prevê, na etapa 5.5, a capacitação e disseminação do conhecimento, respectivamente. Desse modo, são entendidas como ações de educação a realização de capacitações e eventos de transferência do conhecimento construído durante a pesquisa com o envolvimento dos ministérios, gestores públicos e *stakeholders* e representantes dos grupos vulneráveis considerados pelo projeto de pesquisa. São propostas, inicialmente, as seguintes ações de educação:

| AÇÃO DE EDUCAÇÃO I | SEMINÁRIO DE COMPARTILHAMENTO DE RESULTADOS PARCIAIS |
|----------------------------|--|
| Carga horária | 4 a 6h |
| Público-alvo | Ministérios, gestores públicos, pesquisadores de temáticas correlatas ao projeto, <i>stakeholders</i> e representantes dos grupos vulneráveis considerados pela pesquisa. |
| Objetivo | Apresentação do andamento da pesquisa e sistematização dos resultados parciais obtidos até 24 meses de investigação. O evento abordará as principais temáticas e frentes de atuação do projeto e contará com a participação dos pesquisadores envolvidos e os representantes das instituições coordenadoras do estudo. |
| Conteúdo | A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto |
| Modalidade | Presencial e/ou online |
| AÇÃO DE EDUCAÇÃO II | WEBCAST (YOUTUBE) |
| Carga horária | 10h |
| Público-alvo | Sociedade civil e grupos de vulneráveis |

| | |
|-----------------------------|---|
| Objetivo | Criação de módulos de aulas e/ou palestras divulgadas de forma periódica em plataforma digital criada para o projeto com o foco nas temáticas correlatas aos tópicos da Escuta Social Digital, combate à desinformação e promoção aos Direitos difusos. |
| Conteúdo | A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto |
| Modalidade | Online |
| AÇÃO DE EDUCAÇÃO III | WORKSHOP DE COMPARTILHAMENTO DE RESULTADOS FINAIS |
| Carga horária | 4 a 6h |
| Público-alvo | Ministérios, gestores públicos, pesquisadores de temáticas correlatas ao projeto, <i>stakeholders</i> e representantes dos grupos vulneráveis considerados pela pesquisa. |
| Objetivo | Apresentação dos resultados da pesquisa obtidos em 36 meses de investigação. O evento abordará as principais metas, etapas e resultados alcançados pelo projeto e contará com a participação dos pesquisadores envolvidos e os representantes das instituições coordenadoras do estudo. |
| Conteúdo | A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto |
| Modalidade | Presencial e/ou online |
| AÇÃO DE EDUCAÇÃO IV | LANÇAMENTO DE REDE DE COLABORAÇÃO |
| Carga horária | 4h a 6h |
| Público-alvo | Ministérios, gestores públicos, pesquisadores de temáticas correlatas ao projeto, <i>stakeholders</i> e representantes dos grupos vulneráveis considerados pela pesquisa. |
| Objetivo | Evento de lançamento da rede de colaboração. |

| | |
|---------------------------|---|
| Conteúdo | A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto |
| Modalidade | Presencial e/ou online |
| AÇÃO DE EDUCAÇÃO V | SEMINÁRIO NACIONAL DE ESCUTA SOCIAL DIGITAL |
| Carga horária | 4h a 6h |
| Público-alvo | Órgãos públicos e sociedade civil |
| Objetivo | Construção de uma rede nacional de Escuta Social Digital. Tal rede funcionará como espaço permanente de intercâmbio entre a sociedade civil e os entes governamentais e promoverá medidas de enfrentamento à desinformação. |
| Conteúdo | A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto |
| Modalidade | Presencial e/ou online |

APRESENTAÇÃO DO IBICT

A explosão informacional e documental pós Segunda Guerra Mundial, impulsionou um movimento internacional de recomendação e fortalecimento de iniciativas voltadas ao tratamento da informação e da recomendação pela elaboração de Bibliografias Nacionais. Nesse contexto, em 1954, surge o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD). Com a evolução técnica, tecnológica e científica, na década de 1970, a instituição passou a se tornar o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Há 69 anos o Instituto atua na coordenação de atividades de promoção da popularização da informação científica e tecnológica no Brasil, com a missão relacionada ao fomento e à criação de infraestrutura informacional para a democratização da informação técnica e científica, incluindo ações voltadas à prospecção e ao repasse de tecnologias que estejam alinhadas à missão do instituto.

O Ibict é uma das unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e tem trabalhado no campo da Ciência da Informação, Tecnologia da Informação e áreas correlatas com o intuito constante de disponibilizar serviços e produtos informacionais voltados à inovação científica e tecnológica. O Instituto também atua em todas as etapas do ciclo informacional e busca, por intermédio dos processos de estruturação do acesso e da gestão das informações em Ciência Tecnologia & Inovação (CT&I), propor soluções informacionais, inovações, tecnologias que

apoiem a organização e a disseminação da informação científica e tecnológica brasileira e produzida por cientistas brasileiros.

O Ibict trabalha intrinsecamente ligado ao caráter de interdisciplinaridade da Ciência da Informação que, em resumo, conceitua-se como a interação do campo entre a diversidade de disciplinas e áreas de conhecimento. Este atributo relaciona-se diretamente com o papel exercido pelo Ibict na prestação de serviços científico-informacionais-tecnológicos para um vasto e múltiplo público. Isto posto, a instituição possui como uma de suas atribuições a expertise em organização, armazenamento e disseminação da informação para apoiar as políticas públicas.

Além disso, tem um compromisso com a difusão da ciência para resolução dos problemas da sociedade. Assim sendo, oportuniza a implementação de ações diretas no campo da aprendizagem informacional e digital como a transferência de tecnologia da informação. O Ibict assume uma conduta colaborativa na concepção de seus projetos em parceria com instituições de natureza pública ou privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2019.

BRASIL. *Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985*. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico [...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1985.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Comunicação e democracia*. PAULUS, v. 1, n. 2, p. 15-32, 2017.

FARIA, Cláudia Feres. *Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2000, p. 47-68, 2000.

GALLEGO, Esther Solano (org.). *Brasil em colapso*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012a. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012b. v. 2.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco; ALMEIDA, Paula Jamil (org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MARTINS, Helena. *Comunicações em tempos de crise: economia e política*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. *Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 83-118, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria democrática atual: esboço de mapeamento*. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 59, p. 5-49, 2005.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática* São Paulo: Paz e Terra, 1992 [1970].

PERLATTO, Fernando. *Habermas, a esfera pública e o Brasil*. *Revista Estudos Políticos*, v. 3, n. 5, p. 78-94, 2012.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RECUERO, Raquel. *Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag# Tamojuntodilma e# CalaabocaDilma..* *Revista Fronteiras*, [s.l.], v. 16, n. 2, 2014.

RECUERO, Raquel da Cunha; SOARES, Felipe Bonow. *O Discurso Desinformativo sobre a Cura da covid-19 no Twitter: Estudo de caso*. E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, DF. Vol. 24 (2021), p. 1-29, 2021.

RECUERO, Raquel da Cunha, SOARES, F.; GRUZD, A. *Hyperpartisanship, Disinformation and Political Conversations on Twitter: The Brazilian Presidential Election of 2018*. In: ICWSM – INTERNATIONAL CONFERENCE FOR WEBLOGS AND SOCIAL MEDIA (IEEE), 14., 2020, Atlanta. Anais... Atlanta: Association for the Advancement of Artificial Intelligence (AAAI), p. 569-578, 2020.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; SANTOS, Karina Silva dos. *Das bancadas ao Whatsapp: redes de desinformação como arma política*. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *Brasil em colapso*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos et al. *WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018*. *Comunicação & sociedade*, v. 41, n. 2, p. 307-334, 2019.